

FAZENDO DE CONTA QUE VULCANO NÃO EXISTE¹

Sagid Salles (PPGLM)²

sagidsalles@gmail.com

Resumo: Meu objetivo neste artigo é apresentar e analisar algumas versões de teorias do faz de conta para existenciais negativas. Vou rapidamente apresentar a perspectiva de Evans e, em maior detalhe, as perspectivas de Walton e Kroon. Sustentarei que as duas primeiras não fornecem um tratamento adequado do fenômeno das existenciais negativas singulares, e que a perspectiva de Kroon é melhor do que ambas. Contudo, argumentarei que todas as três têm um mesmo problema, que chamo de o *problema da motivação semântica*.

Palavras-chave: existenciais negativas singulares; teorias do faz de conta; problema da motivação semântica.

INTRODUÇÃO

Uma frase como “João não é calvo” é verdadeira se, e somente se, o objeto referido por “João” não é calvo. Frases como:

1) Vulcano não existe.

parecem ser exatamente do mesmo modo, uma frase da forma sujeito-predicado que é verdadeira quando o objeto referido pelo termo sujeito possui a propriedade expressada pelo predicado, e falsa de outro modo. Agora, suponha que

¹ Recebido: 02-09-2015/Aceito: 25-02-2016/Publicado on-line: 06-03-2016.

² Sagid Salles é Doutorando no Programa de Pós-Graduação Lógica e Metafísica da UFRJ (PPGLM), com sanduíche na Universidade de Miami, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

1 é verdadeira. Neste caso, ela descreve corretamente o objeto referido por “Vulcano”. Assim, tem de existir um objeto referido pelo nome em questão, um objeto que possa ser corretamente descrito pela frase. Este objeto, é claro, é Vulcano. Consequentemente, Vulcano existe. Se Vulcano existe, então 1 é falsa. A conclusão surpreendente é que: *se 1 é verdadeira, então 1 é falsa.*

O problema é que o mesmo tipo de inconsistência surgirá sempre que tentarmos sustentar a verdade de frases como 1. Tais frases são chamadas de *existenciais negativas singulares*. São frases existenciais que possuem um termo singular (isto é, nomes, demonstrativos, etc.) na posição de sujeito. O problema de explicar como elas podem ser verdadeiras é o *problema das existenciais negativas singulares*.

Atualmente há duas estratégias gerais de solução para este problema, as *teorias do objeto* e as *teorias não comprometidas com objetos*. Grosso modo, no primeiro caso tenta-se solucionar o problema postulando algum tipo novo de objetos. Meinong (1904), por exemplo, aceita que 1 é verdadeira quando descreve o referente de “Vulcano” corretamente. Mas rejeita que disto possamos concluir que Vulcano existe. Na verdade, há objetos que possuem a propriedade de existir e objetos que não possuem esta propriedade. Vulcano é um objeto tão legítimo quanto qualquer outro, apenas acontece de ele não existir. Aliás, é justamente por isto que 1 é verdadeira. A teoria de Meinong é interessante e recebeu muitas sofisticções posteriores (por exemplo, Zalta (2000)), mas não nos ocuparemos com ela aqui. Meu interesse é no segundo tipo de estratégia.

O exemplo clássico de teorias não comprometidas com objetos é a *teoria das descrições* de Russell (1905) e sua aplica-

ção para os termos singulares. Neste artigo, contudo, minha preocupação é com outra versão das teorias não comprometidas. Nomeadamente, as *teorias do faz de conta* ou *teorias da simulação*, que têm em Kendall Walton (1990) a sua exposição clássica, mas também foi defendida por Evans e Fred Kroon. Sustentarei que as versões de Walton e Evans não nos fornecem um tratamento adequado das existenciais negativas singulares. Quanto à versão de Kroon, me parece ser mais promissora, mas ainda enfrenta alguns dos problemas das duas anteriores.

O artigo será dividido em cinco partes. Na primeira apresento dois critérios de adequação para qualquer teoria das existenciais negativas singulares. Na segunda, apresento resumidamente a noção de faz de conta, alguns conceitos centrais, e explico rapidamente por que o tratamento de Evans não me parece adequado para frases como 1. Na terceira, apresento o tratamento de Walton e um conjunto de objeções a ele. Na quarta, mostro como Kroon pode resolver alguns dos problemas apontados antes. Por fim, concluo que todas possuem um mesmo problema: carecer de motivação semântica.

1. DOIS CRITÉRIOS DE ADEQUAÇÃO

Intuitivamente, frases como “Vulcano existe” ou “Vulcano não existe” têm a mesma estrutura que:

2) João é legal.

e

3) Eliz não é simpática.

Em outras palavras, são frases da forma sujeito-predicado, contendo um termo singular na posição de sujeito e um predicado que expressa uma propriedade. Alguém que profere 2, por exemplo, está usando o nome para se referir a um objeto e o predicado para atribuir uma propriedade a este objeto. Com isto, quero ressaltar dois aspectos importantes.

O primeiro é que o nome está sendo *usado*, e não apenas *mencionado*. Nomes são artifícios de referência singular, são usados com o intuito de se referir a um objeto ou selecionar um objeto determinado. Em 2 o nome “João” é usado para se referir a João, e em 3 o nome “Eliz” é usado para se referir a Eliz. Analogamente, quem profere 1 está usando o nome “Vulcano” para fazer referência a um objeto determinado, e não apenas mencionando. Eu aceito, seguindo Evans (1982, cap. 10), Kripke (2011:58) e Kroon, que qualquer teoria correta das existenciais negativas deve respeitar esta intuição. Chamaremos isto de o *critério do uso* (KROON, 2000:98).

Antes de entrar no segundo critério, é importante esclarecer uma coisa. Daqui por diante vou pressupor que termos singulares – incluindo aqueles que aparecem em existenciais negativas – são não apenas artifícios de referência singular, mas também que sua única função semântica é introduzir um objeto no discurso. Em outras palavras, vou pressupor que alguma forma de *teoria da referência direta* está correta. Descritivistas e defensores de teorias da referência indireta discordam disto. Mas eles têm seus próprios meios de solucionar o problema das existenciais negativas singulares. É para os defensores das teorias da referência direta que o problema surge de modo mais saliente. Além disto, as te-

orias do faz de conta que considerarei fornecem uma solução ao problema consistente com a tese da referência direta. Isto é, elas nos fornecem um meio de explicar como existenciais negativas singulares são verdadeiras sem, com isto, abandonar a crença de que a função dos nomes é meramente introduzir objetos no discurso.

O segundo aspecto para o qual quero chamar a atenção diz respeito ao termo “existe”. Se levarmos a sério a analogia intuitiva entre existenciais singulares e frases como 2 ou 3, então teremos de *ver* “existe” como expressando uma propriedade de primeira ordem. Assim como “simpático” expressa uma propriedade de objetos, “existe” expressa uma propriedade de objetos. A diferença, contudo, é que “existe” expressa uma propriedade que é possuída por todas as coisas (como sabemos, nem todo mundo é simpático, mas tudo existe!). Mais especificamente, a ideia seria que “existe”, tal como cotidianamente usado, é um predicado de primeira ordem. Isto é muitíssimo controverso, mas será assumido aqui, sem maiores razões, que qualquer teoria correta das existenciais negativas tem de satisfazer esta restrição. Sigo Kroon novamente e chamo a isto de *requisito de simplicidade*.³

2. TEORIAS DO FAZ DE CONTA: SIMULANDO REFERÊNCIA E PREDICAÇÃO

Antes de ver como teorias do faz de conta podem ser usadas para resolver o problema das existenciais negativas singulares, é necessário dizer algo sobre o que é uma teoria deste tipo. A exposição clássica é o *Mimesis as Make-Believe* de

³ Em analogia ao fato de este ser o significado simples e cotidiano de “existe”.

Kendall Walton. A exposição de Walton é complexa, longa e envolve uma infinidade de conceitos que vão muito além do que é necessário para os propósitos deste artigo. No que segue exponho apenas alguns aspectos que serão importantes para o tratamento das existenciais negativas.

Nós temos alguma ideia intuitiva do que é um jogo de faz de conta. Jogos de faz de conta são uma espécie de atividade imaginativa na qual simulamos que algumas coisas são o caso e outras não. Um exemplo é o jogo da torta de barro. Neste jogo crianças simulam que certas bolas de barro são tortas. Sabemos o quão longe crianças podem ir nestes jogos. Um buraco na terra pode ser o forno, as tortas têm de ser colocadas no forno antes de ingeridas, podem ser vendidas para o colega em troca de pedrinhas que representam dinheiro, etc. Obviamente, tanto nós quanto as crianças sabemos que nem o pedaço de barro é realmente uma torta, nem o forno é realmente um forno, etc.

Por outro lado, participar corretamente do jogo envolve compreender o que é o caso naquele jogo de faz de conta. Você sabe que, ao entrar num jogo destes com o seu filho, não deverá chamar as bolas de barro de “bolas de barro”, mas de “tortas”. Isto porque, naquele jogo, as bolas de barro não são meras bolas de barro, mas tortas. Isto ilustra a diferença entre algo ser realmente o caso e algo *ser o caso em um jogo de faz de contas*. Quando uma criança diz “isto é uma torta”, ela está dizendo algo literalmente falso. Aquilo não é uma torta, é puro barro. Mas está dizendo algo que é *verdadeiro no jogo de faz de conta* em questão, algo que é *ficcionalmente verdadeiro* (WALTON, 1990:1.5; 2000:71).

Um importante aspecto disto é que não há nada de errado em supor que nossas crianças saibam que suas tortas são, na verdade, puro barro. Quando uma delas diz “esta

torta é uma delícia”, não precisa estar tentando seriamente se referir a uma torta. Ela apenas simula ou faz de conta que se refere a uma torta. O mesmo ocorre com boa parte de nosso discurso sobre ficção. Quando alguém diz que Sherlock Holmes é um detetive, não está seriamente tentando se referir a um indivíduo pelo nome “Sherlock Holmes”. Ao contrário, ele simula usar o nome referencialmente.

Existe uma diferença entre o caso da torta e o de Sherlock Holmes. Esta diferença é captada pela distinção de Evans (1982:358) entre *jogos existencialmente conservadores* e *jogos existencialmente criativos*. Os primeiros são aqueles em que simulamos que algo que realmente existe é outra coisa. No jogo das tortas nós simulamos que as bolas de barro (que realmente existem) eram tortas. Neste contexto, quando a criança diz “esta torta é uma delícia” ela simula se referir a uma torta, mas efetivamente se refere a uma bola de barro. Os segundos são aqueles nos quais simulamos que algo existe, sem que de fato exista. Quando dizemos “Sherlock Holmes é um detetive”, simulamos nos referirmos ao Sherlock Holmes, mas não nos referimos a qualquer coisa de fato.

Isto tem consequências interessantes. Enquanto a frase “isto é uma torta” seria literalmente falsa, a frase “Sherlock Holmes é um detetive” – tomada literalmente – é sem sentido. Como vimos antes, ao dizer “isto é uma torta” o falante do exemplo está de fato se referindo a uma bola de barro. O demonstrativo “isto” seleciona, neste contexto, a bola de barro. Dado que o barro não é uma torta, o que a frase literalmente diz é falso. Isto não impede, é claro, que a frase seja verdadeira no jogo de faz de conta. Por outro lado, o nome “Sherlock Holmes” não se refere efetivamente a

qualquer coisa que seja. Lembrando que estamos supondo que a única função dos nomes é referir-se, este nome não tem significado. Sendo assim, a frase “Sherlock Holmes é um detetive” também deve ser destituída de significado. Mas falantes podem simular usar esta frase para expressar uma proposição. E nada impede que ela seja verdadeira naquele jogo de faz de conta (criado por Conan Doyle).

Do mesmo modo que o faz de conta pode envolver referência simulada, pode envolver atribuição simulada de propriedades. Conforme nota Walton (1990:423), isto não deveria ser muito surpreendente. Uma vez que simulamos fazer referência a alguma coisa através de um termo singular, a tentação de ir além e simular atribuir propriedades pode ser irresistível. Assim, não apenas simulamos nos referirmos pelo nome “Sherlock Holmes”, ainda simulamos atribuir propriedades através do uso (simulado) de predicados como “é um detetive”, “é inteligente”, etc. Ao dizer “Sherlock Holmes é um detetive” – fazendo a simulação de referência e a simulação de atribuição de propriedades – estamos simulando fazer uma afirmação.

Com isto, podemos entender por que teorias do faz de conta são teorias não comprometidas com objetos. Nomes ficcionais como “Sherlock Holmes” colocam a perspectiva da referência direta em dificuldade. Aparentemente estes nomes não têm referente. Sendo assim, de acordo com a perspectiva da referência direta, são destituídos de significado. Mas, obviamente, nomes ficcionais têm significado. Assim, a perspectiva da referência direta tem de estar errada. Uma saída para este problema seria afirmar, seguindo Meinong, que não é verdade que nomes ficcionais não possuem referentes. Apenas acontece de eles se referirem a coisas inexistentes.

Teorias do faz de conta fornecem uma resposta alternativa que não nos compromete com objetos inexistentes. Quem usa o nome “Sherlock Holmes” em um contexto de faz de conta não está usando o nome referencialmente, está *simulando* usar o nome referencialmente. Do mesmo modo, quem diz “Sherlock Holmes é um detetive” não está fazendo uma afirmação. Esta frase não expressa realmente qualquer proposição e, conseqüentemente, não expressa algo que possa ser absolutamente verdadeiro ou absolutamente falso. A pessoa está simulando fazer uma afirmação e expressar uma proposição, que será verdadeira *no jogo de faz de conta* criado por Doyle. Com isto, temos um modo de explicar discursos envolvendo nomes ficcionais sem apelar a qualquer tipo especial de objeto.

Mas pode isto nos ajudar com as existenciais negativas? A primeira coisa a se notar é que, embora nomes ficcionais representem uma classe interessante, existenciais negativas frequentemente envolvem nomes não ficcionais. Um exemplo é nossa frase 1 (“Vulcano não existe”). Evans, por exemplo, tem uma interessante teoria para explicar discursos envolvendo nomes vazios no contexto de existenciais negativas. De acordo com o seu tratamento, para entender o que é dito por uma existencial negativa, falante e ouvinte devem estar engajados (ou preparados para se engajar) em algum jogo de faz de conta como aqueles acima (1982:369). Proferimentos de existenciais negativas singulares envolvem o mesmo tipo de simulação de referência que vimos antes. Mas penso que Schiffer (1988:42) tem razão em ressaltar que ele não fornece qualquer modo claro de lidar com existenciais negativas envolvendo nomes não ficcionais. Estas existenciais são justamente as mais problemáticas para as perspectivas do faz de conta. Neste artigo vou me concen-

trar principalmente sobre estes casos. Na próxima seção, veremos que Walton tem uma interessante solução para o problema.

3. WALTON: ALÉM DA MERA SIMULAÇÃO

Começemos a pensar em como poderíamos apelar ao faz de conta para solucionar o problema das existenciais negativas singulares. Uma solução aparente seria alegar que frases como 1 (“Vulcano não existe”) não envolvem referência ou atribuição séria de propriedades. Na verdade, proferimentos de tais frases envolvem a simulação de ambos. Quem profere 1 não está realmente fazendo uma afirmação, está simulando fazer uma afirmação. Conseqüentemente, 1 não é absolutamente verdadeira, nem absolutamente falsa. Mas 1 pode ser verdadeira *em um jogo de faz de conta*.

Repare que esta solução satisfaz os dois critérios apresentados na seção 1. Primeiro, os falantes estão realmente usando o nome “Vulcano” ao proferir 1. Apenas ocorre que este uso é um uso simulado. Além disto, “existe” pode continuar sendo encarado como um predicado de primeira ordem, que expressa uma propriedade. A diferença é que falantes não estão realmente atribuindo esta propriedade ao suposto referente de “Vulcano”, eles estão simulando fazer isto.

Contudo, se a solução consistisse apenas nisto, seria implausível. Já vimos uma das razões para isto. Aparentemente proferimentos de 1 não são parte de um jogo de faz de conta, nem são destituídos de sentido, nem apenas ficcionalmente verdadeiros. 1 é absolutamente verdadeira e representa uma importante descoberta empírica. Qualquer um que queira defender o contrário tem o ônus da prova.

Kroon (2000:101) aponta ainda uma razão mais séria pela qual o tratamento acima não seria suficiente: ele não resolve o problema das existenciais negativas. O que a perspectiva acima faz é apenas jogar o mesmo problema para o reino do faz de conta. Falantes estariam simulando fazer referência a um objeto existente para em seguida simular atribuir a eles a propriedade de não existir. Mas isto faz tanto sentido quanto falantes simularem que um objeto é quadrado para simular que ele não é quadrado. A motivação para entrar em conversas sobre simulação e faz de conta era justamente evitar a inconsistência, mas agora reencontramos a inconsistência em outro lugar. Algo tem de estar errado. Dificilmente falantes estão usando existenciais negativas meramente para simular uma inconsistência deste tipo. A simulação deve servir para algum propósito além deste.

A perspectiva de Walton se adequa a isto. De acordo com ele, quem profere 1 está literalmente dizendo que:

1') Tentativas referenciais *deste tipo* não são bem-sucedidas.

A ideia é esta. Quando falantes dizem “Vulcano não existe” eles estão simulando usar o nome “Vulcano” referencialmente. Mas o propósito de fazer isto neste contexto é indicar um tipo de tentativa referencial. Ao acoplar o predicado “não existe” o falante declara que aquela tentativa não é bem-sucedida. Em outras palavras, usamos existenciais negativas para *indicar* e *reprovar* tipos de tentativas referenciais. Walton pensa mesmo que 1' representa o significado literal de 1. O mesmo deve valer para existenciais positivas. Quem profere uma frase da forma “N existe” está indicando um tipo de tentativa referencial e declarando-a

como bem-sucedida (WALTON, 1990:426; 2000:82).

A noção de *tentativa referencial* pode não ser muito clara. É claro que quem diz “Vulcano não existe” está indicando um tipo diferente de tentativa referencial de que quem diz “Sócrates não existe”. Mas deve-se tomar o cuidado de não pensar que um tipo de nome sempre serve para indicar o mesmo tipo de tentativa referencial. Quem diz “Sócrates existe” (com a intenção de usar o nome do filósofo) está indicando um tipo de tentativa, e quem diz “Sócrates existe” (com a intenção de usar o nome do famoso jogador do Corinthians) está indicando outro tipo de tentativa. Podemos conceder a Walton que o contexto cumpre o papel de ajudar a indicar qual tipo de tentativa está em jogo.

O tratamento de Walton tem nítidas vantagens sobre aquele que foi mencionado no início desta seção. Primeiro, ele consegue explicar como existenciais negativas podem ser verdadeiras sem incorrer em contradição. Nenhuma contradição segue da verdade de 1'. Segundo, ele consegue fornecer um propósito aceitável para o proferimento de existenciais negativas, que vai além de meramente simular uma inconsistência.

Contudo, embora Walton respeite o primeiro critério de adequação, o critério do uso, não respeita o critério da simplicidade (Kroon, 2000:104). De acordo com ele, a palavra “existe” não é um predicado de primeira ordem, mas um meio que temos de expressar aprovação ou desaprovação de tentativas referenciais. De fato, penso que o primeiro critério é mais intuitivo que o segundo. Se for necessário recusar um dos dois para resolver o problema das existenciais negativas, que seja o segundo. Mas isto não muda o fato de que um tratamento que respeitasse a ambos

seria preferível. Conforme veremos na próxima seção, Kronon tem algo deste tipo.

Seja como for, os problemas de Walton vão além de não respeitar o segundo critério. Mark Richard (2000:226) apresenta uma interessante objeção.⁴ Pense num mundo possível exatamente como o nosso, com a única diferença que ninguém jamais usou qualquer termo referencial para se referir ao planeta Marte. Marte está lá, no mesmo lugar, apenas acontece que ninguém tentou referir-se ao planeta. Intuitivamente, a frase

4) Marte não existe.

seria falsa com respeito a este mundo imaginado. No entanto, de acordo com Walton, a paráfrase de 4 seria:

4') Tentativas referenciais *deste tipo* [o tipo Marte, digamos] não são bem-sucedidas.

Mas 4' é verdadeira com respeito ao mesmo mundo. Dado que 4' é a paráfrase de 4, 4 ("Marte não existe") também seria verdadeira na perspectiva Waltoniana. Isto leva à estranha conclusão de que a frase "Marte não existe" poderia ser verdadeira com respeito a um mundo no qual Marte existe. Este é, no mínimo, um resultado dramático.

Walton pode protestar que Richard está jogando em outros termos. De fato, frases existenciais singulares são cotidianamente usadas para aprovar ou reprovar tentativas referenciais. Contudo, podemos criar *jogos não oficiais* de faz de conta nos quais isto não é assim. Richard está jogando

⁴ Eu apresento a objeção de um modo um pouco diferente. Isto porque a exposição de Richard depende do conceito de *modos de apresentação*, e penso que isto é uma complicação desnecessária para o argumento.

um jogo destes. Ele está simulando que “Marte existe” expressa uma proposição constituída por um objeto (Marte) e uma propriedade (existência). Está imaginando uma situação na qual a proposição simulada é verdadeira. Neste contexto imaginado, é claro, a negação da proposição simulada (4) será falsa. Mas isto é apenas dizer que “Marte não existe” é falsa *neste jogo de faz de conta*.⁵

O máximo que Walton concederia a Richard é que “Marte existe” é verdadeira no jogo de faz de conta mencionado acima. Do mesmo modo, é apenas neste jogo que “Marte não existe” expressa uma proposição falsa. O que Richard tem sucesso em mostrar é que, *naquele faz de conta*, Marte tem a propriedade de existir. Consequentemente, *naquele jogo*, 4 é falsa. Nada disto implica que Walton esteja errado quanto a análise do que 4 literalmente significa.

Contudo, não penso que esta resposta seja boa. Primeiro, tudo o que Walton nota é que é possível reinterpretar o exemplo de Richard em uma estrutura de simulação e faz de conta (aliás, será muito difícil achar algum discurso que não possa ser interpretado deste modo). Mas do fato de isto ser possível não se segue que seja plausível. O problema é que não é plausível. O exemplo de Richard não parece empregar nenhum uso ficcional ou simulado de “existe”. Walton precisaria de boas razões para defender que algo deste tipo está em jogo, razões que vão além do mero fato de o exemplo ser um problema para a sua perspectiva.

Isto nos leva a uma última objeção a Walton. Sua teoria é bem motivada metafisicamente. Afinal, ela possui a qualidade de (supostamente) explicar as existenciais negativas

⁵ Walton não responde exatamente a este argumento. Mas penso que esta seria de fato a sua resposta, com base em Walton (2000:90, nota 70).

sem, ao mesmo tempo, aceitar algum tipo estranho de entidades. Contudo, não é claro se ela é bem motivada semanticamente. Seu objetivo é explicar o que falantes *realmente dizem* quando proferem frases existenciais singulares. Mas, intuitivamente, falantes não estão falando sobre tentativas referenciais ao proferir estas frases. A tese de Walton é pouco intuitiva e não é fácil reconhecer que os falantes estejam fazendo o que ela diz que eles estão fazendo.

Se a tese é pouco intuitiva quanto a nossos usos cotidianos de existenciais negativas, a coisa é ainda pior quando pensamos em usos não cotidianos. Um filósofo solipsista pode acreditar que só ele existe. Ele está preparado para apontar para qualquer coisa e dizer “isto não existe” ou “aquilo não existe”. Na perspectiva de Walton, ele está repetidamente desaprovando tipos de tentativas referenciais. Peter Unger é menos otimista do que seria um solipsista quanto ao seu próprio eu. Defende a impressionante tese de que ele próprio não existe. Em certa parte, expõe a sua tese do seguinte modo “A posição desafiadora é: eu não existo, e nem você.” (1979:37, tradução minha). Se levarmos Walton a sério, Unger está defendendo uma tese sobre tentativas referenciais de certo tipo, uma tese da filosofia da linguagem, e não da metafísica. Teístas e ateístas estão frequentemente discutindo sobre a existência de Deus. Frases como “Deus existe” ou “Deus não existe” são comuns nestas discussões. Mais uma vez, não parece que eles estão falando sobre tentativas referenciais de certo tipo. Podemos pensar ainda em muitos outros exemplos deste tipo.

Walton pode reinterpretar cada um destes casos em uma estrutura de faz de conta. Pode alegar que cada caso envolve a participação em um determinado jogo não oficial.

Pode fornecer uma resposta do tipo fornecida ao exemplo de Richard. Tais interpretações são possíveis. Mas duvido que sejam plausíveis. Penso que isto coloca um importante desafio para Walton: encontrar motivação semântica para a sua estratégia de análise.

4. KROON: ALÉM DO QUE É LITERALMENTE DITO

Kroon concorda com Evans e Walton que termos singulares são artifícios de referência e concorda com Evans que “existe” expressa uma propriedade de primeira ordem possuída por tudo. Além disto, prescreve um tratamento do mesmo tipo do de Walton para existenciais negativas. Existenciais negativas são usadas como meios de indicar e desaprovar tentativas referenciais sérias de certo tipo, assim como existenciais positivas são usadas para indicar e aprovar tipos de tentativas referenciais. Contudo, Kroon pensa que Walton cometeu um erro importante: acreditar que a sua análise fornecia o significado literal das existenciais negativas.

De acordo com Kroon frases existenciais singulares têm exatamente o significado literal que elas parecem ter. Comecemos pelas existenciais positivas. Frases da forma “N existe” expressam uma proposição constituída por um objeto e uma propriedade. “Marte existe” expressa a proposição de que Marte existe. Do mesmo modo, a frase “Marte não existe” expressa a proposição de que Marte não existe. Dado que Marte existe, a última frase expressará uma proposição falsa.

Entretanto, vimos que existenciais negativas aparentemente verdadeiras são problemáticas. Tivemos dificuldades em explicar como “Vulcano não existe” pode expressar uma

proposição verdadeira. Kroon pensa que, uma vez que termos singulares são artifícios de referência direta e que tudo existe, existenciais negativas singulares jamais serão verdadeiras. Assim, “Vulcano não existe” não pode expressar uma proposição verdadeira. Obviamente, esta frase também não pode expressar uma proposição falsa (pois, neste caso, Vulcano existiria). A solução é que tais frases simplesmente não expressam qualquer proposição que seja.

Esta não é uma conclusão surpreendente. Kroon aceita que a única função semântica dos nomes é introduzir um objeto no discurso. “Vulcano” é um nome vazio, de modo que falha em realizar a sua função. Por isto, o nome é destituído de significado. Conseqüentemente, as frases que o contém também serão destituídas de significado. Isto tem a estranha consequência de que ao proferir 1 (“Vulcano não existe”) as pessoas estão literalmente dizendo nada.

Mas é exatamente isto que Kroon quer dizer. Quem profere uma existencial negativa singular sabe que sua frase só poderia ser verdadeira ou falsa se o termo singular da frase tivesse um referente. As pessoas também sabem que se o termo tivesse um referente, a frase seria falsa, de modo que encontraríamos novamente uma inconsistência. Deste modo, quem profere 1 não pode estar seriamente usando o termo singular. Ele tem de estar simulando usar o termo e atribuir a propriedade de não existir a seu referente (KROON, 2000:110).

Na seção 3 vimos que isto, por si só, não resolve o problema das existenciais negativas. Na verdade, apenas transporta o problema para o escopo da simulação. Estaríamos supondo que as pessoas estariam simulando usar um nome para referirem-se a algo existente e, em seguida, dizer que este algo não existe. Qual pode ser o propósito de tal

coisa?

Para entender a resposta de Kroon, voltemos para o caso das existenciais positivas. Quem profere “Marte existe” está expressando literalmente a proposição de que Marte existe. Mas está expressando *não literalmente* aprovação de um tipo de tentativa referencial. Podemos usar a frase acima como um meio de expressar não literalmente que tentativas referenciais sérias *deste tipo* são bem-sucedidas. Com existenciais negativas, a coisa é análoga. Quem profere “Vulcano não existe” não está expressando qualquer proposição que seja. Porém, a pessoa está simulando expressar uma proposição com o intuito de expressar não literalmente outra proposição: que tentativas referenciais sérias *deste tipo* não são bem-sucedidas.

A principal diferença entre Walton e Kroon é que aquilo que o primeiro chamou de *significado literal* de frases existenciais singulares, o segundo chamaria de *significado metafórico* ou *significado figurado* (2000:107). Ignoro complicações com usos metafóricos e figurados da linguagem, e concedo a Kroon que tudo corre bem neste ponto.

Penso que o tratamento de Kroon tem algumas vantagens sobre o de Walton. Primeiro, ele obedece aos dois critérios apresentados na seção 1. Quem profere uma existencial negativa está usando, e não mencionando, o termo singular. Além disto, “existe” realmente expressa uma propriedade de primeira ordem. Em segundo lugar, a objeção da motivação semântica tem menos força contra Kroon. Dado que existenciais singulares têm exatamente o significado literal que parecem ter, a tese de Kroon é semanticamente mais bem motivada. Por fim, a objeção de Richard também tem menos força contra Kroon. Ele não precisa aceitar a consequência indesejável de que 4 (“Marte

não existe”) poderia ser verdadeira com respeito a um mundo onde Marte existe. Afinal, 4 jamais é verdadeira. O máximo que ele precisaria aceitar é que o que 4 metaforicamente expressa poderia ser verdadeiro com respeito a um mundo onde Marte existe. Mas isto é apenas aceitar que “Marte existe” é consistente com “tentativas referenciais do tipo Marte não são bem-sucedidas”.

Contudo, embora a tese de Kroon seja semanticamente mais motivada do que a de Walton, ainda sofre do problema de motivação semântica. De acordo com Kroon, frases como “Vucano não existe” são usadas no escopo de uma simulação para expressar algo metaforicamente. Literalmente, 1 não expressa qualquer coisa que seja. Isto tem o mesmo tipo de consequência que vimos no final da seção anterior. Relembre o exemplo do solipsista que diz “isto não existe”. Não parece que ele está simulando usar a frase apenas para expressar metaforicamente uma tese sobre tentativas referenciais. Como antes, os exemplos deste tipo podem ser multiplicados. Na próxima seção, volto a isto em maior detalhe.

5. O PROBLEMA DA MOTIVAÇÃO SEMÂNTICA

As teorias do faz de conta são metafisicamente bem motivadas, na medida em que não nos comprometem com objetos inexistentes ou coisas do tipo. Além disto, vimos que a versão de Kroon escapa pelo menos das objeções mais imediatas a Evans e Walton. A teoria de Kroon, contudo, também parece carecer em alguma medida de motivação semântica. É preciso motivar a alegação de que existenciais singulares, usadas em contextos aparentemente não ficcionais, estão sendo usadas no escopo de faz de conta.

Kroon reduz um pouco a força desta objeção. De acordo com ele, frases existenciais singulares positivas – quando são verdadeiras – expressam literalmente o que deveriam expressar: que um objeto possui a propriedade de existir. Do mesmo modo, frases existenciais negativas – quando são falsas – expressam literalmente o que parecem expressar. A frase “Dilma não existe” expressa a falsidade de que a Dilma não possui a propriedade de existir. Contudo, dado que tudo existe, frases existenciais negativas nunca são verdadeiras. Assim, “Vulcano não existe” não é verdadeira. Mas esta frase, como sabemos, também não é falsa (pois neste caso Vulcano existiria). Sua saída, então, foi recusar que existências negativas aparentemente verdadeiras expressem proposições. Um falante que profere “Vulcano não existe” está simulando fazer uma afirmação existencial (negativa) para expressar não literalmente que tentativas referenciais de certo tipo falham.

O problema é que mesmo a tese mais fraca de Kroon parece semanticamente desmotivada. A princípio, é implausível que Peter Uger estivesse usando a frase “eu não existo” para comunicar não literalmente que tentativas referenciais de certo tipo falham, e também é implausível sustentar que cientistas estivessem usando “Vulcano não existe” para expressar não literalmente que tentativas referenciais de certo tipo falham, e assim por diante. Em todos estes contextos, é inicialmente implausível que falantes estejam simulando (fazendo de conta, etc.) usar uma frase que, literalmente, é sem sentido, apenas para comunicar não literalmente uma tese sobre nossas tentativas de referência.

Este é o que chamo de *problema da motivação semântica*: o problema de motivar a afirmação de que falantes estão engajados em um jogo de faz de conta ou alguma espécie de

atividade de simulação quando a intuição é que eles não estejam. As teorias do faz de conta são inicialmente plausíveis para explicar nossos usos da linguagem em contextos claramente ficcionais, mas não é claro qual a motivação semântica para estendê-las para contextos aparentemente não ficcionais. Se a única motivação para aceitarmos as teorias do faz de conta é a sua capacidade de resolver *puzzles*, então tais teorias devem ser rejeitadas. Por mais importante que seja a habilidade destas teorias em resolver *puzzles*, tais teorias são teorias sobre o que as pessoas de fato fazem com a linguagem (o que elas realmente dizem, o modo como realmente usam nomes em certos contextos, etc.). É necessário alguma motivação para acreditarmos que nossos falantes estejam realmente fazendo o que estas teorias dizem que eles estão fazendo. Neste caso, é preciso motivação para aceitar que os falantes realmente estejam engajados em atividades de simulação ou faz de conta, quando eles parecem de fato não estar.

Não penso que o jogo está perdido para as teorias de faz de conta, pois não sugiro que tal motivação não exista. Meu objetivo é apenas chamar atenção para a sua necessidade.

Por fim, gostaria de terminar distinguindo o *problema global* do *problema local da motivação para teorias do faz de conta*. Nosso problema é encontrar uma motivação para acreditar que certa parcela de nossa linguagem está sendo usada no escopo de um jogo de faz de conta. Uma estratégia é procurar por uma característica desta parcela que nos permita fazer isto. Talvez haja algo no modo como usamos termos singulares ou então a palavra “existe” que explique a razão de existenciais negativas aparentemente verdadeiras, a despeito das aparências, serem usadas no escopo de um jo-

go de faz de conta. Neste caso, o problema da motivação é um problema local, o problema de encontrar uma característica de nossos usos de uma parcela de linguagem que nos justifique acreditar que sejam usos em algum sentido não sérios. Esta parece ser a estratégia mais fácil.

Desconfio, contudo, que não é bem isto que, por exemplo, Walton tem esperança de encontrar.⁶ Ele parece pensar que jogos de faz de conta são algo muito mais presentes em nossa linguagem do que pensamos. E talvez seja mais fácil procurar não por uma característica dos nossos usos de uma parcela de nossa linguagem, mas por uma característica de nossos usos em geral que justifica afirmações pontuais sobre certas parcelas. Por exemplo, pode ser que haja alguma razão para acreditarmos que o fenômeno do faz de conta é algo tão presente em nossos usos da linguagem que não seja mais surpreendente que existenciais negativas sejam empregadas no escopo de algum tipo de simulação. Neste caso, o que queremos justificar não é apenas que uma parcela pontual de nossos usos são feitos no escopo de faz de conta, mas que o fenômeno do faz de conta é completamente difundido por nossos usos comuns e aparentemente sérios. Uma vez que isto é feito, poderíamos então sustentar que não deveria ser tão surpreendente que isto ocorra no caso das existenciais negativas. Neste caso, estaríamos interpretando o problema da motivação como um problema global.

Eis uma hipótese de como justificar que o faz de conta seja um fenômeno global em nossos usos da linguagem. Eu

⁶ Veja, por exemplo: "I suspect that make-believe may be crucially involved as well in certain religious practices, in the role of sports in our culture, in the institution of morality, in the postulation of "theoretical entities" in science (...)" (Walton 1990:7).

reconheço que o que segue é apenas uma hipótese crua, para a qual ainda não tenho justificativa adequada, mas serve para tornar claro que tipo de estratégia poderia ser usada. Podemos começar ressaltando que falantes comuns geralmente não têm garantias infalíveis de que seus usos de termos singulares realmente terão sucesso em se referirem a algo. Dificilmente alguém negaria isto. Agora, o máximo que eles podem fazer é usar os termos singulares *como se* eles de fato se referissem a algo. Deste modo, *todos* os nossos usos de termos singulares seriam feitos no escopo de uma simulação, pelo menos no sentido fraco de que estamos usando eles *como se* de fato se referissem a algo. Quando o termo de fato se refere a um objeto, seremos capazes de usá-lo para expressar proposições singulares sobre o objeto em questão. Quando o termo falha em se referir a um objeto, não temos sucesso em expressar proposições com ele, mas continua sendo verdade que estamos usando-o como se referisse a algo. Dado que fazemos isto o tempo todo, a simulação de referência se torna algo tão natural que sequer passa a ser notada. Por isto ficamos tão surpresos quando nos deparamos com o fato de que certo uso de certo termo singular (como “Vulcano” por exemplo) é simulado. Tão logo notamos que, na verdade, todo uso se dá num escopo de “como se”, percebemos que não há qualquer problema particular com o caso de “Vulcano”. Obviamente isto nos levaria a um conjunto de problemas que requerem solução. Por exemplo, neste caso, qual seria a diferença entre o uso de “Vulcano” e os usos comuns de “Sherlock Holmes”? Se ambos são usados no escopo de uma simulação, o que os distingue? Uma possível resposta seria a seguinte. Nós usamos “Vulcano” *como se* estivéssemos fazendo referência apenas porque não temos garantias infalíveis de que isto re-

almente seja o caso. Mas temos a intenção de que ele refira a um objeto do mundo. Contudo, no caso de “Sherlock Holmes”, nós geralmente usamos sem sequer ter a intenção de nos referirmos a qualquer coisa que seja. Sendo assim, a atividade de fazer de conta envolvida no segundo é muito mais evidente e, conseqüentemente, não gerará surpresa. Talvez algo análogo pudesse ser defendido para nossos usos de predicados e assim por diante. De toda forma, como já foi dito, aqui isto não passa de uma mera hipótese para explicar como uma resposta ao problema global poderia ser procurada.

Seja como for, se conseguirmos encontrar uma resposta satisfatória ao problema da motivação, as teorias de fazer de conta passarão a ser, penso eu, uma estratégia muitíssimo plausível para lidar não apenas com existenciais negativas, mas com muitos outros *puzzles* que não foram tratados aqui. Infelizmente, ainda não conheço uma resposta satisfatória a este problema.

Abstract: My goal in this paper is to present and analyze some versions of make-believe theories for singular negative existentials. I will quickly present Evans’ perspective and, in greater detail, the perspectives of Kroon and Walton. I will claim that neither Evans nor Walton provide the right account of the phenomenon of singular negative existentials, and that Kroon’s perspective is better than both. However, I will argue that the three theories have the same problem, which I call *the problem of semantic motivation*.

Keywords: singular negative existentials; make-believe theories; *the problem of semantic motivation*.

REFERÊNCIAS

DONNELLAN, Keith. “Speaking of Nothing”. In: *The Philosophical Review*. Vol. 83, No 1, pp. 3-31. Duke University Press, 1974.

EVANS, Gareth. *The Varieties of Reference*. Clarendon Press – Oxford University Press – New York. 2002.

KRIPKE. "Vacuous Names and Fictional Entities". In: *Philosophical Troubles* (vol. 1). Oxford University Press. pp. 52-74, 2011.

KROON, Fred. "Disavowal Through Commitment: Theories of Negatives Existentials". In: Everett, A. Hofweber, T. (orgs). *Empty Names, Fiction, and the Puzzles of Non-Existence*. CSLI publications. 2000, pp. 95-116.

MEINONG, Alexius. "The theory of objects". In: Chisholm, Roderick M. org. (1960) *Realism & the background of phenomenology*. Free Press. pp.76-117, 1904.

RICHARD, Mark. "Semantic Pretense". In: Everett, A. Hofweber, T. (orgs): *Empty Names, Fiction, and the Puzzles of Non-Existence*. CSLI publications. 2000, pp. 205-232.

RUSSELL, Bertrand. "On Denoting". In: *Analytic Philosophy: An Anthology*. Martinich, A. P. and Sosa, David, orgs.. University of Texas at Austin: Blackwell. pp.32-41, 2006.

SCHIFFER, Stephen. "Review of Gareth Evans, *The Varieties of Reference*". *Journal of Philosophy* 85, no. 1, pp. 33-42, 1988.

SEARLE, John R. "O Estatuto Lógico do Discurso Ficcional". In: *Expressão e Significado*. Trad. Ana Cecília G. A. de Camargo e Ana Luiza Marcondes

Garcia. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

SAINSBURY, R. M. *Fiction and Fictionalism*. London, Routledge, 2010.

UNGER, Peter. "I Do Not Exist". In: *Philosophical Papers*, vol. 2. Oxford University Press, 2006. pp 36-52.

WALTON, Kendall. "Existence as Metaphor?". In: Everett, A. Hofweber, T. (orgs): *Empty Names, Fiction, and the Puzzles of Non-Existence*. CSLI publications. 2000. pp. 69-94.

_____. *Mimesis as Make-Believe*. Cambridge, Harvard University Press, 1990.

ZALTA, Edward. "The Road Between Pretense Theory and Abstract Object Theory". In: Everett, A. Hofweber, T. (orgs): *Empty Names, Fiction, and the Puzzles of Non-Existence*. CSLI publications. 2000, pp. 117-147.